



DEFENDER A GESTÃO DEMOCRÁTICA É LUTAR PELO



UDP GOVERNO DO 25 DE ABRIL DO POVO UEDP

"A UDP votou contra a ratificação dos decretos-lei 761-D/76 e 769-D/76 pois considera que o seu espírito e a sua forma contrariam os princípios fundamentais da democracia nas escolas, não constituindo mais que uma tentativa de nelas restaurar a velha "ordem" e "disciplina" tão do agrado das forças reaccionárias que, há muito tempo, aspiram por introduzir nas escolas o seu modo de pensar e de agir. A forma de possibilitar a destruição das importantes conquistas que a nível do ensino a população escolar alcançou com o 25 de Abril"

NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA SÓ O DEPUTADO DA UDP DEFENDEU AS DECISÕES DA COMISSÃO DE ESCOLAS

Na última sessão da Assembleia da República a discussão do decreto-lei da gestão democrática levantou vigorosamente contra o seu conteúdo defendendo as decisões tomadas nos plenários das escolas: o deputado revolucionário José Barreiros.

Desde o início ao fim, todos foram unânimes em defender o decreto de gestão democrática.

OSD, PSD e PE rivalisaram nos "argumentos" reaccionários defendendo o decreto como meio de reduzir a vida democrática nas escolas fazendo nos seus discursos aludir a existência "positiva" da universalidade que Veiga Simão se propôs levar a cabo.

Os comunistas por seu lado começaram logo no início dos debates a mostrar a sua classe de falsos progressistas. Inicialmente afirmaram pela boca da dirigente do JEC Rita Seabra, que não iriam votar contra o decreto. Entretanto os seus representantes nas escolas esqueciam por completo todas as decisões democráticas dos estudantes, professores e empregados e passavam a aplaudir o decreto. É o caso escandaloso de Óscar Lopes, membro do CC comunista, que convenceu o Conselho Científico da sua escola, a faculdade de Letras do Porto, propondo eleições de acordo com o decreto. É o caso também das suas constantes ameaças e pressões para as demissões dos conselhos directivos, tentando assim abafar a luta.

Embora não fossem votar contra a generalidade do decreto, apesar de continuarem a apoiar o regime do governo das AEB's, foi porque se viram com riscos de ficarem isolados nas escolas. É quando o OSD discursou esta parte das presenças nas massas populares e citando o caso da grande concentração de operários de construção civil, propôs que a discussão na especialidade não fosse feita publicamente na Assembleia mas nos gabinetes da Comissão Parlamentar do Ensino, isto é os comunistas votaram a favor de não serem conhecidas as suas posições de trapaceiros. É a isto que chamam "maioria de esquecimento": ajoelhar-se perante as posições da direita, fingir defender nas na prática a traição às legítimas democráticas das massas aproveitando-se das lutas como forma de pressão para as suas negociações fechadas nos gabinetes, na ilusão de assim poderem ganhar algumas posições no aparelho de estado.

Uma alternativa é a posição dos revolucionários: servir o povo e nunca servir-se dele, conforme as palavras do nosso camarada Pedro Laximino vítima dos crimes dos bombistas assassinos. Provou-se mais uma vez quem são aqueles que dentro da Assembleia, como cá fora nas fábricas, nos campos, nos bairros ou nas escolas vão fazendo suas as justas aspirações do Povo Português por um governo que defenda intransigentemente os seus interesses, um governo do 25 de Abril do Povo.

O DECRETOS DE GESTÃO NÃO PASSARÃO

Apesar de todas as tentativas no sentido de calmar e deturpar a luta pela gestão democrática, os estudantes, professores e empregados têm sabido torná-la cada vez mais ampla e coesa.

A greve geral das três academias, Lisboa, Porto e Coimbra foi a prova mais clara de que as conquistas não ficam entaladas nas escolas após o 25 de Abril, mas serão espinhados. Forma a prova mais cabal de que o retorno ao 24 de Abril, às feitorias e conselhos escolares nomeados pelo governo, não será permitida.

A aplicação deste decreto não levaria a mais que um reforço das posições já de feita nas escolas, colocando os lugares chave do aparelho escolar nas mãos do sector mais reacccionário: dos catedráticos, a maioria deles propositos do antigo regime fascista de Salazar e Caetano, segundo os seus critérios de competência, ou melhor, de incompetência. A aplicação deste decreto levaria a mais do que a elitização das escolas, colocando-as no serviço da recuperação capitalista respondendo assim às exigências dos sectores mais reacccionários, que tudo vão tentando para descreditar o que de inovador e progressista se conseguia desde o 25 de Abril.

OS INTERESSES ENTRAVIDADOS DO T. DECRETOS DO 11 DE ABRIL

O Imperio Cinemas, medida mais ferozmente defendida por Gardia, como o exemplo de forma de controle e degradação do ensino, não serve o povo em geral nem os estudantes. Altem médicos e professores por todo o país, principalmente nas regiões fora de Lisboa e as escolas em que o T. DECRETOS mais quer restringir a entrada de médicos e os registórios! Servirá esta medida para desenvolver o ensino primário e infantil, para alargar as redes sanitárias? De modo nenhum! Ela serve para perpetuar os privilégios e vida rica de meia dúzia de milhares, para manter o ensino primário e infantil na situação degradada em que se encontra, enquanto proliferam os colégios particulares altamente lucrativos.

Para servir de dificultar ainda mais o acesso às escolas, Gardia prepara-se já para cortar os subsídios às AAE, diminuindo as verbas dos serviços sociais e aumentando os preços das cantinas universitárias.

A quem atingirão estas medidas? Quantos estudantes não terão de deixar de estudar e quantos não passarão a estudar com maiores dificuldades?

E quem são esses estudantes? Geralmente vêm da província, os pais têm dificuldades em mantê-los a estudar nos grandes centros, são sobretudo filhos de trabalhadores. É a eles que o T. DECRETOS quer limitar o acesso ao ensino! É à sua custa que o T. DECRETOS pretende encetar a tecnocratização e a elitização das escolas, para vir a colocá-las sob a tutela do grande capital.

Estudantes! Professores! Trabalhadores!

A UDA e a UBP, que desde o início se bateram pelas justas posições da luta pela defesa da gestão democrática continuam a dizer: a hora é de luta! Vamos com ousadia até à vitória!

Apesar da campanha de calúnias contra nós levantada pelo T. DECRETOS e por toda a imprensa reacccionária nós continuamos a esclarecer o povo e a conquistar o seu apoio decisivo para a nossa luta pela democracia nas escolas.

Apesar do decreto ter sido aprovado na generalidade nós continuamos a bater-nos para que sejam respeitados os pontos mínimos que são exigências fundamentais de toda a população das escolas. As AAE's têm carácter deliberativo, os CD's serão eleitos por voto directo e universal, os Conselhos Disciplinares não existirão, os órgãos eleitos serão paritários.

Apesar dos CD's se terem de atido o T. DECRETOS, através de uma portaria recente ter já nomeado gestões provisórias, a nossa luta continua por uma gestão democrática. A UDA e a UBP sempre se bateram contra demissão precipitada dos comissários de que é neste momento uma calúnia. Foram os comunistas que com pressões e ameaças e causando o pânico em muitos CD's hesitantes conseguiram levar a maioria dos CD's a uma demissão imediata. Não cedemos! Fregamos e vamos de issao um grito que alerte o povo sobre os resultados da política de T. DECRETOS nas escolas!

Apesar das ameaças do governo e dos ministérios, apesar das calúnias, nós temos do nosso lado a verdadeira força, a força do movimento de massas, força que é a garantia da vitória! Os pontos mínimos porque nos batemos e que são a base democrática de funcionamento das escolas vão ser impo-los na prática, qualquer que seja o resultado dos debates na Assembleia!

COMUNICAMOS AOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DO CONSELHO NACIONAL DE UDA
PELO T. DECRETOS 11 DE ABRIL DE 1976
PELA CAMPANHA DE CALÚNIAS!
PELO T. DECRETOS 11 DE ABRIL DE 1976

11 de Dezembro de 1976
A Comissão Permanente do Conselho Nacional de UDA
O Secretariado Nacional da UBP